



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Antes de mais nada, quero agradecer a presença dos Deputados, e já citar o retorno do Deputado Joe Valle a esta Comissão, bem como a presença do Deputado Chico Leite.

Daremos início à eleição para Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle.

Pergunto se algum Parlamentar deseja fazer inscrição como candidato a Vice-Presidente.

DEPUTADO JOE VALLE – Eu queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Pois não.

DEPUTADO JOE VALLE – Que o Deputado Chico Leite pudesse ser o nosso Vice-Presidente, levando em consideração o trabalho, o tempo e a importância que ele tem dado a esta Comissão. Eu gostaria de colocar desta forma.

Eu, realmente, tenho no Deputado Chico Leite como Vice-Presidente a minha representação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Está bom.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Então, com a candidatura do Deputado Chico Leite registrada, já vamos passar à apreciação da proposta.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando a candidatura do Deputado Chico Leite à Vice-Presidência desta Comissão; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

DEPUTADO JOE VALLE – Sim. Voto no Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sim. Eu aceito a incumbência.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência vota "sim".

O Deputado Chico Leite foi eleito Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Leitura da ata da reunião anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	2

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, o ideal é que possamos dispensar a leitura, se não houver nenhuma impugnação, nenhum óbice.

De minha parte, já adianto a V.Exa. que está ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Joe Valle?

DEPUTADO JOE VALLE – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não havendo quem queira discutir, dou por lida e aprovada a seguinte ata:

- Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2016.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	3

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Passo, agora, a dar conhecimento das decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal encaminhadas à CLDF.

Cópia do inteiro teor da Decisão nº 2.889/2016, encaminhada pelo Ofício Circular nº 11, de 2016, do Gabinete da Presidência, que trata de auditoria de regularidade para avaliar os contratos de prestação de serviços de organização de eventos e correlatos decorrentes do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2014, lançado pela extinta Secretaria de Estado de Governo do DF, atual Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do DF – SERIS/DF.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal decidiu, com base nos achados de autoria: a) determinar àquela Secretaria que implemente, no prazo de noventa dias, rotinas administrativas relacionadas com controle de saldo das atas de registro de preços, com as contratações, atualizações de preço, controle sobre a prestação de contas de eventos realizados e sistemática de divulgação de todos os eventos realizados pelo GDF; b) determinar à Secretaria de Planejamento que, no prazo de noventa dias, apresente o Manual de Aquisições e Contratações, com diversas informações solicitadas na referida decisão; c) determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que, no prazo de noventa dias, elabore Cartilha Eletrônica de Utilização do Siggo, contendo diversas orientações para o usuário e demais solicitações contidas na referida decisão; d) autorizar a audiência dos responsáveis.

Segunda decisão, encaminhada pelo Ofício nº 5.936/2016: Decisão nº 2.839, de 2016, que versa sobre a denúncia formulada por cidadão acerca de supostas irregularidades praticadas pela Terracap na aquisição de camarote e ingressos para o jogo de abertura da Copa das Confederações, bem como na contratação do BRB para prestação de serviços de estruturação e distribuição de recebíveis imobiliários.

O Tribunal de Contas determinou à Terracap que, no prazo de sessenta dias, apresente esclarecimentos sobre a celebração de contratação direta, bem como a manutenção do sobrestamento relativo à aquisição de camarote e ingressos para o jogo de abertura da Copa das Confederações, até o deslinde completo da Ação Civil Pública nº 2013.01.1.170042-3.

Terceira decisão: Ofício nº 7.244/2016, do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Encaminha cópia da Decisão 3.432, de 2016, que versa sobre o relatório de inspeção, realizado no âmbito da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para avaliar a regularidade da instituição e aplicação dos recursos vinculados ao Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Fundo Pró-Jurídico.

O Tribunal de Contas decidiu que, em trinta dias, a PGDF encaminhe: a) um plano de ação com o objetivo de ampliar o apoio financeiro do Fundo Pró-Jurídico aos demais setores jurídicos do complexo administrativo do Distrito Federal; b) a revisão do Planejamento Estratégico Institucional daquela Procuradoria; c) a elaboração de norma que regulamente a aplicação e a repartição das receitas do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	4

Fundo Pró-Jurídico entre a Procuradoria e os demais setores jurídicos do complexo administrativo do Distrito Federal, bem como a inclusão de representantes desses setores na gestão do citado Fundo.

Ofício nº 7.999/2016, do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas, que encaminha cópia do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal alusivo ao segundo trimestre de 2016, a ser remetido à CLDF em atenção ao previsto no art. 78, § 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1/1994.

Ofício nº 8.219/2016, do Gabinete da Presidência, que encaminha o Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício de 2015, e respectivo cronograma de execução.

Informamos que nós encaminhamos o Memorando nº 79/2016 à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, por se tratar de matéria pertinente àquela Comissão.

Quero deixar clara a minha posição, a qual externo aqui, Deputado Joe Valle e Deputado Chico Leite. Nós até já estamos terminando um projeto de resolução para incluir essa atribuição a esta Comissão. Na minha avaliação, como nós somos uma comissão de fiscalização e uma comissão de governança, eu acredito que o julgamento do mérito das contas do Governador deve passar por esta Comissão também, e não só na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que obviamente é uma comissão de mérito e de admissibilidade. Acredito que o mérito a respeito das contas do Governador deve passar nesta Comissão por entender que é uma atividade finalística do Parlamento e desta Comissão exercer a fiscalização do Poder Executivo.

Quando o Tribunal de Contas emite um relatório prévio, ou um parecer prévio sobre as contas do Governador, ele dá um indicativo de rejeição ou de aprovação. Se esta Comissão também se debruçar na análise das contas, nos quesitos de transparência, controle e governança, com certeza ficará mais democrático, com mais uma comissão participando desse debate.

Então, nós já estamos preparando o projeto de resolução para incluir isso nas atribuições da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle.

Ainda no Expediente: conhecimento da intimação dirigida à Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme Processo nº 2016.01.1.058212-0 TJDF, que apreciou o pedido de liminar para suspender a Decisão nº 2.375, de 2016, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que determinou à Novacap e à Sinesp-DF que se abstivessem em dar prosseguimento à execução do Contrato nº 04/2016, cujo objeto é a elaboração do projeto executivo e a execução da obra de arte especial de implantação do túnel rodoviário que dará acesso ininterrupto da EPTG à Avenida Elmo Serejo, sob a Avenida Central de Taguatinga.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	5

Essa decisão proferida na Sessão Ordinária nº 4.865, realizada em 12 de maio de 2016, obteve empate na votação, tendo sido aprovada com voto de desempate proferido pelo Presidente da Corte.

Só quero explicar o que aconteceu. O Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio dessa decisão, determinou que a Novacap e a Sinesp-DF não assinassem ou dessem prosseguimento ao contrato assinado com a empresa que ganhou a licitação para fazer o túnel de Taguatinga. Não sei quem foi que entrou com esse recurso, mas entrou com esse recurso alegando que o Tribunal de Contas não tem competência para sustar, para determinar ou para impedir atos do Poder Executivo. Essa foi a fundamentação precípua dessa – não é representação – liminar. Nisso, os desembargadores, quando foram votar na Turma, entenderam que a atribuição de sustar atos do Poder Executivo não é do Tribunal de Contas, e sim da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nisso, suspendeu liminarmente até que a Câmara Legislativa julgue o mérito da decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que é a Decisão nº 2.375, de 2016. Ele encaminhou a cópia da decisão para a Câmara e também para o próprio Tribunal de Contas.

Eu queria depois discutir com os nobres Parlamentares. Nós precisamos dar um encaminhamento a isso, porque existe uma decisão judicial que suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Contas, alegando que o Tribunal de Contas não tem competência para suspender ou para determinar a suspensão de atos do Poder Executivo, o que foi nesse caso.

Então, hoje, nesse caso, o contrato está vigente. O contrato não só está vigente, mas também está autorizado à execução com base nessa liminar. Mas a Câmara Legislativa foi intimada. Na realidade, recebeu essa intimação dizendo o seguinte: “Olha, o efeito da decisão está suspenso. Quem tem a prerrogativa de definir se vai sustar o ato não é o Tribunal de Contas do Distrito Federal, e, sim, a Câmara Legislativa do Distrito Federal.”

Aqui está, inclusive, todo o procedimento. Depois eu peço para a secretaria mandar uma cópia para os Deputados.

Nós não vamos deliberar sobre isto nesta reunião, mas na próxima: caso seja de entendimento, que a gente abra um Proc, que é um processo, aqui dentro da Câmara Legislativa, que ele passe pelo rito processual comum e a gente designe relator, aqui, na Comissão, para falar sobre o processo, até mesmo para debater nesta Comissão. E que ele siga o trâmite comum.

Na realidade, a minha sugestão é esta: que a gente possa autuar essa intimação – certo? –, definir, fazer um sorteio da relatoria desse processo entre os membros da Comissão. E aí o membro da Comissão vai trazer o seu relatório com base naquilo estabelecido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	6

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que já podia seguir. Se o Deputado Joe Valle não tiver óbice, eu concordo com V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Eu acho que esse é o procedimento mais transparente. Então, vou pedir para a secretaria da Comissão já autuar a referida intimação junto com a decisão do Tribunal de Contas e também já proceder ao sorteio da relatoria desse processo. Que o relator traga o seu voto na reunião em que for solicitado.

II - Comunicados.

Eu queria perguntar se os membros da Comissão têm algum comunicado a fazer.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Não, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não há comunicados.

Vamos às matérias para discussão e votação.

Eu queria só sugerir que fizéssemos primeiro a leitura do parecer ao item nº 3.4.

Item nº 3.4:

Discussão e votação do relatório preliminar ao Requerimento nº 1.258, de 2016, de autoria da Subcomissão de Fiscalização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita o relatório sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, antes, agradecer e colocar-me à disposição para as demais tarefas que a Comissão assim entenda que eu deva exercer e pedir permissão a V.Exa. para ir direto às conclusões, requerendo a juntada do inteiro teor do relatório à ata desta reunião.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – V.Exa. está autorizado.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requero a V.Exa. que junte o teor completo do relatório.

Quero agradecer à assessoria do Deputado Roosevelt pela contribuição, à assessoria da comissão e à secretária.

Quero agradecer à Consultora Tânia, que coordenou e executou, a rigor, todo o projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	7

Quero agradecer imensamente, parabenizar e observar a V.Exa. que continuamos, agora, a segunda etapa do processo.

É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	8

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Em discussão o relatório da Subcomissão de Fiscalização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o relatório é bastante pertinente. Sou a favor do relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o relatório; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sim. Voto favoravelmente e reitero o pedido aos colegas para se manifestarem em igual sentido.

DEPUTADO JOE VALLE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência vota "sim".

O relatório preliminar apresentado pela Subcomissão de Fiscalização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 foi aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências com a sugestão do Deputado Chico Leite.

Ainda quero agregar, solicitando que a secretaria da Comissão verifique a possibilidade de publicar o referido relatório preliminar no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, caso o Presidente da Subcomissão autorize.

DEPUTADO CHICO LEITE – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está aprovado.

Passo a Presidência ao Deputado Chico Leite.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Leite.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Item nº 3.2:

Apreciação do Relatório Preliminar de Fiscalização ao Requerimento nº 964, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, aprovado nesta Comissão, que "requer a instauração de procedimento de fiscalização e controle, no âmbito da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, para acompanhar o efetivo cumprimento das ações e dos prazos apresentados no plano de intervenção no Lixão do Jóquei para encerramento das atividades irregulares no local".

Solicito ao Deputado Rodrigo Delmasso que proceda à leitura do relatório preliminar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	9

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para proceder à leitura do relatório preliminar.)
– Sr. Presidente, é o seguinte o relatório preliminar:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	10

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para emitir considerações acerca do relatório.)
– Peço vênia para não ler todas as informações e respostas, porque, senão, fica muito extenso. Quero só citar que o SLU atendeu todos os pedidos que foram colocados. Eu só queria aqui ressaltar a informação sobre o número de veículos e a quantidade de resíduos de grandes geradores que entram no lixão, sem qualquer tipo de controle.

Há de se ressaltar que, após nós termos aberto a ação de fiscalização e ter havido a citação, houve uma diminuição do número de caminhões e de veículos de passeio transitando no Lixão do Jóquei. Pode ter sido uma coincidência, mas é importante deixar isso ressaltado nesse ponto.

Para quem não sabe: o pagamento que é feito, para as empresas que operam o Lixão, é feito com base na quantidade de lixo que é jogado. Então, o caminhão chega, entra na balança, tem ali registrado o peso, a pessoa faz a aferição manuscrita. Não é eletrônica!

Nós, inclusive, fizemos uma visita ao Lixão para ver todo esse procedimento e, nisso, fizemos essas anotações, Deputado Joe Valle.

As empresas vão à Diretoria do SLU, que procede ao pagamento. Certo?

Então, foi encaminhado todo o plano e o encaminhamento do Plano de Intervenção do Jóquei.

Bem, também foram encaminhados, nesse sentido, ainda, com fundamento no procedimento de fiscalização... Foi encaminhado o Processo nº 001.001.804/2015, que tem...

Foi juntada também, nesse processo, uma ação de fiscalização da CDESCTMAT, que tem por objetivo averiguar possível dano ambiental que o Lixão do Jóquei tem causado nas imediações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o relatório; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

RELATOR (DEPUTADO DELMASSO) – Sim.

DEPUTADO JOE VALLE – Sou a favor do relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – O Deputado Delmasso reitera. Eu me manifesto em idêntico sentido.

Portanto, o relatório sobre o Requerimento nº 964, de 2015, foi aprovado com 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências justificadas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	11

Está aprovado.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Item nº 3.3:

Apreciação do relatório preliminar do procedimento de fiscalização aprovado conforme o Requerimento nº 1.493, de 2016, de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que requereu ao Diretor-Geral do Hospital de Base do Distrito Federal as informações que especifica.

Eu queria pedir aos nobres pares autorização para fazermos rapidamente a leitura dos comentários do relatório.

DEPUTADO CHICO LEITE – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esse trabalho foi iniciado com a visita do Presidente da comissão à época – Deputado Joe Valle – ao Hospital de Base. Na ocasião, foram apontados vários problemas, e foi enviado um ofício ao Secretário de Saúde solicitando providências.

Em seguida, aprovamos o Requerimento nº 1.141, de 2015, para instaurar o procedimento de fiscalização e controle visando acompanhar as soluções.

Enviamos, então, requerimento de informações ao Hospital de Base para conhecermos a situação atual. No relatório, que está sendo apresentado, é feita uma análise da resposta do hospital ao requerimento de informações. Segundo o relatório, pouca coisa mudou. De positivo, melhorou a situação dos contratos de manutenção que estavam vencidos; muitos foram retomados.

Passando aos problemas, continua o desabastecimento de medicamentos e materiais. Aumentou o número de equipamentos inoperantes, e o hospital não sabe informar sua necessidade de pessoal. Há problemas prediais, especialmente nas redes elétrica e hidráulica. O número de leitos hospitalares é insuficiente. Há unidades superlotadas, algumas são subutilizadas. O tempo que os pacientes permanecem internados no hospital é superior ao recomendado, e ainda ocorrem várias dificuldades no controle de medicamentos. Há problemas de lavanderia, cuja empresa prestadora de serviço não teve seu contrato renovado, mas continua prestando serviço. A diretoria do hospital afirma que os problemas da lavanderia têm levado até a suspensão de cirurgias e internações.

Diante dos problemas, e de alguns outros, menciono no relatório as recomendações: encaminhar o relatório ao Hospital de Base do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde para promover as correções dos problemas; ao Conselho de Saúde do Distrito Federal para conhecimento e providências; ao Tribunal de Contas para conhecimento e providências, em especial quanto às irregularidades relativas aos equipamentos inoperantes – inclusive um *pet scan*, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	12

se encontra encaixotado há alguns anos – e aos problemas relacionados à contratação da empresa prestadora de serviço.

É o relatório que foi colocado.

Quero parabenizar aqui os servidores da Comissão que elaboraram esse relatório, principalmente o nosso Consultor Técnico-Legislativo Luiz Antônio Bueno Lopes, que fez um relatório fantástico, que iniciou com o trabalho de V.Exa., Deputado Joe Valle. E agora nós temos aqui não o fruto, mas alguns encaminhamentos que foram feitos. Infelizmente, em um ano, nós não vemos avanços significativos na gestão do Hospital de Base.

Em discussão.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Leite, o senhor quer discutir antes? (Pausa.)

Sr. Presidente, eu quero também parabenizar toda a equipe pelo efetivo trabalho feito e mostrar a importância de se ter esse processo de acompanhamento e de a Câmara Legislativa fazer esse trabalho de fiscalização.

Infelizmente... A gente tem acompanhado, nos últimos seis anos, a questão da saúde pública do Distrito Federal. Mesmo mudando o gestor, como tem sido mudado, nós tivemos, nesses últimos seis anos, talvez quatro ou cinco secretários de saúde. Se colocarmos sete anos para trás, vamos chegar a dez secretários de saúde em três gestões. E uma coisa que eu noto – e agora estamos participando de um planejamento estratégico de uma região de saúde – é que os diretores dos hospitais são médicos de carreira da Secretaria, pessoas com vinte anos de experiência, com dez anos de experiência. São médicos!

Apesar de termos os secretários de saúde sendo indicados, técnica ou politicamente indicados – eu não quero chegar a esse processo –, quando vemos um relatório desse, percebemos que o problema é estrutural. Não é um problema de uma gestão ou de outra. É um problema que precisa se definir e decidir modelos efetivamente. E aí eu quero dizer que não é a partir disso que eu posso condenar o modelo de gestão pública e nada fazer para que possamos engendrar um novo modelo, trazendo a iniciativa privada para dentro do processo sem a base estar pronta, porque vamos simplesmente tampar o sol com a peneira, se me permite colocar dessa forma, Sr. Presidente.

Então, esse processo, quando vamos perceber... o que se leva a chegar a essa conclusão – e o relatório fica claro, porque, desde quando estamos acompanhando, não muda muito – não é, Luiz? O Luiz tem acompanhado isso muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	13

bem – é que... como é que eu subo na carreira pública, Deputado Chico Leite? Como é que eu cresço na minha carreira? Um médico que entrou na Secretaria de Saúde, como é que ele cresce? Como é que ele ascende na sua carreira? Ocupando cargos de gestão. O cargo técnico não tem a valorização que tem o cargo de gestão. Quando eu vou ao currículo dos médicos, eu não vejo nenhuma matéria de gestão. Nenhuma.

Deputado Chico Leite, numa visita ao HMIB, um coordenador me falou: "Eu não queria estar aqui, não. Eu não queria estar aqui. Eu estou aqui porque eu sou uma pessoa de confiança de fulano... e ele me pediu para eu ficar aqui, porque ele não confia em mais ninguém". E eu perguntei para ele: "Mas qual é o nível de formação de gestão que você tem?" E ele respondeu: "Nenhum. Eu gosto mesmo é de tirar radiografia." E o cara era bom de radiografia, e nós perdemos esse camarada.

Eu acho que, como nós trabalhamos governança, controle social e fiscalização, eu acho que devemos nos aprofundar nesse processo, porque discutir a governança da saúde no Distrito Federal é discutir a solução para ela, e ninguém discute. Ninguém discute! Certo?

Nós temos o Tribunal, um juiz que preside uma câmara de discussão de saúde, temos o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Associação Médica, CRM, Observatório de Saúde, não tem pactuação. Não há um pacto. Até estou brincando, Presidente, aqui, Deputado Chico Leite – logicamente sou cristão também –, mas pode colocar Jesus Cristo como Secretário de Saúde que não vai resolver nem com muito milagre.

Temos que nos debruçar nessa questão, que é muito séria. Ela e a educação são duas coisas em que precisamos trabalhar.

Na discussão, quero dizer que o relatório ficou muito bem feito, conheço a competência da equipe, e a gente poderia explorar mais esse relatório no sentido de ajudar a saúde pública do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o relatório; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO JOE VALLE – Sim.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência vota "sim".

O relatório obteve 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	14

Está aprovado.

Item nº 3.1:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.825, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “requer a instauração de procedimento de fiscalização e controle no âmbito da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC para apurar as responsabilidades da Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM”.

Procedo à leitura do requerimento:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO JOE VALLE – Eu sou a favor do requerimento, entendendo que precisamos ter bastante esclarecimento neste sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Justamente abre oportunidade para esclarecer porque abre o esclarecimento...

DEPUTADO CHICO LEITE – Prática que temos que adotar. Manifesto-me favoravelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Antes de mais nada, quero agradecer ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós, no final, ficamos sem relator. Acabei tendo que cumprir esses dois papéis. Ficamos sem relator na subcomissão com a saída do Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Mas V.Exa. pode escolher, como Presidente da Subcomissão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu quero sugerir aos colegas... Vamos chegar depois a um entendimento. Vamos ver se nesta semana chegamos a um entendimento para essa relatoria.

Sr. Presidente, deixo a sugestão aí. Acho que, no Parlamento, é sempre bom chegar a um entendimento com seus pares.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Perfeito.

Temos um item extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento de autoria da Subcomissão dos Jogos Olímpicos, que "requer encaminhamento de solicitação de informação ao Comitê



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	16

Gestor e ao Comitê Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, sobre as ações efetuadas para a realização da Etapa Brasília dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016”.

Segue o requerimento:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	17

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO JOE VALLE – Sim.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 3 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Para encerrarmos, vamos dar continuidade ao calendário de audiências públicas de prestação de contas das secretarias de estado referente ao ano de 2015, não de 2016, mas ao ano de 2015. Informo a todos os membros da Comissão as novas datas. No dia 28 de setembro, às 10h30min, na sala das comissões, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Obviamente, vai haver um contato da Comissão para confirmar a data. Essas aqui são as datas que nós disponibilizamos.

No dia 4 de outubro, a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. No dia 6 de outubro, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. No dia 11 de outubro, a Secretaria de Estado de Agricultura. No dia 13 de outubro, a Secretaria de Desenvolvimento de Economia e Desenvolvimento Sustentável. No dia 18 de outubro, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal novamente e, por fim, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

Temos dito a todos os gestores que essa audiência é uma oportunidade, Deputado Joe Valle e Deputado Chico Leite, de o gestor vir e apresentar as suas realizações, aquilo que ele tem feito, como ele pegou a pasta e como foi entregue, quais foram os avanços e as dificuldades. Aqui não se faz juízo de valor nem se fará. É uma oportunidade de o gestor, no Parlamento, que é a Casa do Povo, prestar contas daquilo que está fazendo.

Na época em que fui Secretário de Trabalho, gostaria de ter tido essa oportunidade, e vir aqui pelo menos uma vez ao ano para prestar contas e apresentar os resultados na época da gestão em que estivemos à frente. Acredito que, além de constar nos Anais da Casa, é uma ação importante dos gestores que ficam à frente, que administram os recursos públicos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2016	15H	CFGTC – 7ª Reunião Extraordinária	18

(Levanta-se a reunião às 15h56min.)